

# Sumário

<b>Apresentação: Minha trajetória com a temática do superendividamento .....</b>	<b>13</b>
<b>Apresentação do livro: Divisão e proposta .....</b>	<b>15</b>
<b>Símbolos utilizados na Parte IV .....</b>	<b>17</b>
<b>PARTE I – INTRODUÇÃO E PARTE GERAL DA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO ....</b>	<b>19</b>
<b>1. Experiência internacional no combate ao superendividamento.....</b>	<b>19</b>
<b>2. A importância de uma Lei de Superendividamento no Brasil .....</b>	<b>20</b>
<b>3. Premissa fundamental do superendividamento: não é um problema meramente individual, mas sim social.....</b>	<b>27</b>
<b>4. A importância do estudo dos princípios na aplicação e interpretação da Lei do Superendividamento .....</b>	<b>28</b>
<b>5. A escolha da comissão de juristas para tratar do superendividamento no CDC.....</b>	<b>30</b>
<b>6. Modelos de tratamento do superendividamento .....</b>	<b>32</b>
6.1. Modelo francês.....	33
6.2. Modelo americano.....	36
<b>7. Princípios do superendividamento .....</b>	<b>38</b>
7.1. Princípio da vulnerabilidade acentuada em razão da necessidade do crédito .....	38
7.2. Princípio do reconhecimento do superendividamento como fator de exclusão social.....	40
7.3. Princípio da prevenção ao superendividamento .....	42
7.4. Princípio da boa-fé na concessão e cobrança de dívidas .....	43
7.5. Princípio do tratamento humanizado no superendividamento (Superendividamento digno) .....	44
7.6. Princípio do fomento à educação financeira .....	45
7.7. Princípio do fomento à educação ambiental .....	47
7.8. Princípio da concessão do crédito responsável .....	48

7.9.	Princípio da garantia do mínimo existencial .....	49
7.10.	Princípio da obrigatoriedade da repactuação das dívidas .....	50
7.11.	Princípio da primazia do juízo da repactuação de dívidas .....	52
<b>8.</b>	<b>Núcleos de conciliação e mediação de conflitos do superendividamento.....</b>	<b>54</b>
<b>9.</b>	<b>Direitos do consumidor no superendividamento.....</b>	<b>55</b>
9.1.	Direito à garantia de práticas de crédito responsável .....	55
9.2.	Direito à garantia de práticas de educação financeira .....	57
9.3.	Direito à garantia de práticas de prevenção e tratamento de situações de superendividamento .....	57
9.4.	Direito à preservação do mínimo existencial.....	58
9.4.1.	Regulamentação do mínimo existencial via Decreto presidencial. ....	59
9.4.2.	Funções do mínimo existencial.....	67
9.4.3.	Caso prático de aplicação do Decreto .....	69
9.5.	Direito à comparação dos preços dos produtos .....	70
9.6.	Direito de acesso irrestrito à justiça .....	72
9.7.	Direito ao restabelecimento pleno e imediato .....	74
<b>10.</b>	<b>Conceito de Superendividamento e hipóteses de aplicação do CDC.....</b>	<b>75</b>
10.1.	Mínimo existencial.....	77
10.2.	Impossibilidade manifesta .....	80
10.3.	Pessoa natural.....	81
10.4.	Boa-fé do consumidor.....	81
10.5.	Compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo .....	82
10.6.	Produtos e serviços de luxo de alto valor .....	84
<b>11.</b>	<b>Aplicação da Lei do Superendividamento para contratos anteriores .....</b>	<b>85</b>
<b>12.</b>	<b>Superendividamento dos servidores públicos .....</b>	<b>87</b>
12.1.	Introdução: Estabilidade que vira risco.....	87
12.2.	O crédito fácil: o início do problema.....	88

## SUMÁRIO

12.3.	O retrato do superendividamento no serviço público .....	90
12.4.	Causas estruturais.....	91
12.5.	Impactos no trabalho e na saúde .....	92
12.6.	Responsabilidade do Estado como empregador.....	93
<b>13.</b>	<b>Superendividamento, apostas <i>online</i> (<i>bets</i>) e a crise da ludopatia no Brasil .....</b>	<b>95</b>
13.1.	A ludopatia como transtorno psíquico e social.....	96
13.2.	Lacunas regulatórias e a necessidade de prevenção .....	97
13.3.	Responsabilidade das casas de apostas pela informação inadequada sobre riscos e sua vinculação ao superendividamento.....	98
<b>14.</b>	<b>Cartão de crédito consignado (RMC), cartão de crédito benefício (RCC) e sua centralidade na geração do superendividamento no Brasil.....</b>	<b>100</b>
14.1.	Introdução: mutação regulatória e ruptura da lógica do crédito consignado.....	100
14.2.	Cartão de Crédito Consignado (RMC): estrutura, normatividade e funcionamento.....	101
14.3.	Cartão de Crédito Benefício (RCC): criação recente e agravamento do risco .....	103
14.4.	As principais abusividades estruturais dos cartões consignados ....	105
	<b>PARTE II – PREVENÇÃO AO SUPERENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>109</b>
<b>1.</b>	<b>Prevenção e tratamento: dois pilares da doença social chamada Superendividamento .....</b>	<b>109</b>
<b>2.</b>	<b>CDC como estatuto jurídico “geral” do crédito responsável .....</b>	<b>110</b>
<b>3.</b>	<b>Informações obrigatórias na oferta de crédito.....</b>	<b>112</b>
3.1.	Custo efetivo total.....	114
3.2.	Taxa mensal de juros e encargos da mora .....	115
3.3.	Montante das prestações e prazo de validade da oferta .....	116
3.4.	Nome e endereço do fornecedor .....	117
3.5.	Liquidação antecipada e não onerosa .....	118
3.6.	Informações obrigatórias mínimas na oferta.....	119

<b>4. Proibições na oferta de crédito .....</b>	<b>121</b>
4.1. Proibição de ofertar crédito com informação enganosa.....	121
4.2. Proibição de concessão automática de crédito .....	123
4.3. Proibição de dificultar a compreensão dos ônus e riscos do crédito.....	124
4.4. Proibição de assédio de consumo.....	125
4.5. Proibição de exigências abusivas para tratativas .....	129
<b>5. Deveres na oferta de crédito .....</b>	<b>130</b>
5.1. Conceder informação qualificada e adequada .....	130
5.2. Avaliar a capacidade de reembolso do consumidor .....	132
5.3. Obrigação de identificação e entrega contratual.....	133
<b>6. Dever de fornecer a cópia do contrato de crédito.....</b>	<b>134</b>
6.1. O fornecimento do contrato antes da conclusão: uma garantia de informação e de escolha.....	134
6.2. O fornecimento do contrato após a conclusão: segurança jurídica e acesso à documentação .....	135
6.3. A proteção adicional nos contratos consignados.....	135
6.4. Contratos de adesão: a obrigação de informação prévia e entrega posterior .....	136
6.5. Acessibilidade duradoura do contrato de crédito.....	137
<b>7. Sanções por abusos na concessão do crédito (revisão-sanção) .....</b>	<b>139</b>
<b>8. Conexão entre o contrato principal de consumo e o de crédito .....</b>	<b>144</b>
<b>9. Cartão de crédito: <i>chargeback</i> .....</b>	<b>148</b>
<b>PARTE III – O TRATAMENTO NO SUPERENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>151</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>151</b>
<b>2. Tratamento judicial (pré-processual e processual).....</b>	<b>152</b>
2.1. Cumpridos os requisitos, o juiz deverá instaurar o tratamento..	152
2.2. Quem poderá se valer do tratamento do superendividamento? ...	152
2.3. Inspiração no modelo francês: conciliação pré-processual .....	153
2.4. Dois caminhos para o tratamento judicial (pré-processual ou processual).....	155

## SUMÁRIO

3.5.	Opção processual.....	156
3.5.1.	Petição inicial .....	156
3.5.2.	Indicação de todos os credores.....	158
3.5.3.	Mínimo existencial .....	159
3.5.4.	Inaplicabilidade dos §§2º e 3º do art. 330 do CPC .....	161
3.5.5.	Valor da causa .....	161
3.5.6.	Gratuidade da justiça .....	163
3.5.7.	Tutela de urgência .....	164
3.5.8.	Suspensão e/ou abstenção da inclusão do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito .....	169
3.5.9.	Suspensão das execuções e dívidas ao dar início ao processo de superendividamento.....	171
3.5.10.	Meios para obtenção dos contratos, extratos e histórico de crédito .....	172
3.6.	Opção pré-processual .....	174
3.7.	Plano de pagamento.....	175
3.7.1.	Apresentação do plano de pagamento na inicial ou na audiência?.....	175
3.7.2.	Prazo máximo do plano de pagamento .....	178
3.7.3.	Garantias e formas de pagamento do plano .....	181
3.8.	Audiência .....	182
3.8.1.	Audiência virtual .....	182
3.8.2.	Audiência assíncrona .....	183
3.8.3.	Sanções pelo não comparecimento injustificado do credor.....	184
3.9.	Homologação do acordo pelo magistrado.....	189
3.10.	Processo de superendividamento e declaração de insolvência ...	191
3.11.	Prazo para requerer novo processo de repactuação de dívidas....	191
3.12.	Juízo competente para processar a ação de repactuação de dívidas.....	192
<b>4.</b>	<b>Tratamento extrajudicial do superendividamento .....</b>	<b>195</b>
4.1.	Plataformas de negociação no âmbito do SNDC.....	198

<b>5. Plano judicial compulsório: repactuação, revisão e integração .....</b>	<b>200</b>
5.1. Contestação limitada no superendividamento .....	203
5.2. Nomeação de administrador judicial .....	205
5.3. Valor do principal no plano judicial compulsório.....	206
5.4. Possibilidade de perdão parcial ou total das dívidas .....	206
5.5. Prazo de carência para início dos pagamentos .....	209
5.6. Definição dos valores de acordo com as condutas e as dívidas..	210
5.7. Plano compulsório e honorários advocatícios .....	210
<b>Referências.....</b>	<b>212</b>
<b>PARTE IV – LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO ANOTADA .....</b>	<b>219</b>
LEI Nº 14.181, DE 1º DE JULHO DE 2021.....	219
CAPÍTULO VI-A – DA PREVENÇÃO E DO TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO .....	250
CAPÍTULO V – DA CONCILIAÇÃO NO SUPERENDIVIDAMENTO.....	339
ANEXO – DECRETO DO MÍNIMO EXISTENCIAL .....	563
ÍNDICE REMISSIVO DA PARTE IV.....	567